

---

# TRABALHO E AÇÃO COLETIVA: MEMÓRIA, ESPAÇO E IDENTIDADES SOCIAIS NA CIDADE DO AÇO

*Marco Aurélio Santana*

*Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil*

*Massimiliano Mollona*

*University of London – Reino Unido*

**Resumo:** *Situada na região sul fluminense, a cidade siderúrgica de Volta Redonda, conhecida internacionalmente, tem um longo histórico de organização e mobilização operária, que se desdobra em termos de seus movimentos populares. O presente trabalho analisa as formas pelas quais militantes dos movimentos sindical e popular constroem suas memórias acerca das mobilizações experimentadas nesse município nas décadas de 1980 e 1990, verificando as representações de cidade que atravessam esse trabalho de memória. Interessa-nos pensar, a partir deste caso, o imbricamento entre memória, espaço e identidades sociais.*

**Palavras-chave:** *cidade, memória, militância, trabalhadores.*

**Abstract:** *This article analyses the ways in which labour and social movement activists accounts for the mobilisations experienced in the Volta Redonda city, during the decades 1980 and 1990. We verify the city's social representation presented in these accounts. Situated in the Southern region of the Rio de Janeiro State, this internationally known steel city has got a enduring history of labour organisation and collective action. Focusing in that case one can deal with the memory, space and social identities embeddedness. Guided by labour anthropology issues, the empirical data resulted from field observation and oral history methodology.*

**Keywords:** *city, labour, memory, militancy.*

## Introdução

O presente trabalho analisa as formas pelas quais militantes dos movimentos sindical e popular constroem suas memórias acerca das mobilizações experimentadas no município de Volta Redonda nas décadas de 1980 e 1990,

verificando as representações de cidade que perpassam esse trabalho de memória. Situada na região sul fluminense, esta cidade siderúrgica, conhecida internacionalmente, tem um longo histórico de organização e mobilização operária, que se desdobra em termos de seus movimentos populares. Interessa-nos pensar, a partir deste caso, o imbricamento entre memória, espaço e identidades sociais.

Orientado por questões emanadas da antropologia do trabalho, o material empírico é resultado de observações em campo e do uso da história oral, desenvolvida através de entrevistas com militantes e outros atores sociais participantes daqueles movimentos.<sup>1</sup> Dados os limites do artigo, optamos por selecionar extratos de maior significância de depoimentos, que não poderão aqui ser trabalhados em toda sua amplitude e riqueza. Além disso, nos centramos nos dois períodos – décadas de 1980 e 1990 – que, durante os depoimentos, apareciam frequentemente em forte contraste no que diz respeito, entre outros pontos, às representações da cidade. Deve-se dizer que, sempre que possível, e buscando uma visão mas dinâmica, apresentamos elementos mais recentes, matizando algumas posições. A ideia é analisarmos como as representações de cidade são construídas, disputadas e reelaboradas por grupos sociais, através da memória.

Uma linhagem já bem estabelecida da antropologia do trabalho (Kasmir; Carbonella, 2012; Mollona; De Neve; Parry, 2009) é aquela que, partindo das abordagens clássicas da organização do trabalho no interior das empresas (Braverman, 1974; Burawoy, 1985), enfatiza como as relações de classe estão inscritas no espaço (Herod, 2011), na comunidade (Yaganisako, 2002), na etnia (Lee, 1998), no gênero (Milkman, 1987), bem como na relação rural/urbano (Lee, 2007). Acompanhando de perto tal tradição, nos interessa perceber como a experiência política, em uma localidade operária, é vivida de formas diferentes nas memórias de gerações de trabalhadores, e em relação

---

<sup>1</sup> As entrevistas foram realizadas no âmbito de projetos de pesquisas que contaram, ao longo dos anos 2000, em termos de auxílios de pesquisa e bolsas, com o apoio do CNPq e da Faperj, a quem somos gratos. Optamos aqui por não incluir os nomes dos entrevistados. O depoimento do militante sindical I foi concedido a Marco Aurélio Santana, Cristiane Muniz Thiago e Fernando Pozzobon. O depoimento do militante sindical II foi concedido a Marco Aurélio Santana. O depoimento da militante do movimento pela moradia foi concedido a Marco Aurélio Santana e Fernando Pozzobon. Já o depoimento do militante do movimento das associações de moradores foi concedido a Marco Aurélio Santana, Fernando Pozzobon, Lurian Endo e Aroldo Bezerra da Silva.

a uma sempre cambiante geografia do trabalho e da cidade. É preciso assinalar, contudo, que seguindo a perspectiva dos estudos comparativos acerca do ativismo de classe nos hemisférios norte e sul (Carrier; Kalb, 2012; Harvey, 2012), poderíamos nos indagar também como essas memórias são parte integrante do que se pode chamar de uma memória global, vinculada a uma herança de classe, sendo ao mesmo tempo um ponto de partida para possíveis e renovados ativismos da classe trabalhadora, principalmente aquele voltado ao espaço urbano.

Halbwachs (1990) apontou de forma decisiva a relação constitutiva entre memória e espaço. O autor assinala as formas pelas quais um determinado espaço é representado pelas vias da memória, e ao mesmo tempo as maneiras pelas quais a memória está vinculada, lastreada e delimitada por um determinado espaço. De seu ponto de vista, “há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos”, assim como “cada sociedade recorta o espaço a seu modo [...] de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças” (Halbwachs, 1990, p. 159 e seg.).

Calvino (2003, p. 11), ainda que na forma literária, segue na mesma linha marcando não só as articulações entre memória e espaço, no caso, a cidade, mas também das operações de redundância, fixação e atribuição de sentido, ao afirmar que “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente. [...] A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir.”

Nos mesmos termos daqueles de Halbwachs (1990), Pollak (1989, 1992) indicou a vinculação entre memória e identidade. Assim, memória e identidade estão vinculadas e associadas em sua construção, como apontado por Rousso (1996), no sentido em que a memória pode costurar rupturas temporais e espaciais, servindo também como resistência à alteridade. Nos dizeres de Pomian (2000), ela seria uma forma particular de vinculação entre passado e presente. Mas ela também aponta futuros. Ela, como assinalado por Lovisoló (1989, p. 16), funcionaria ao mesmo tempo como âncora e plataforma; para o autor,

enquanto âncora, possibilita que, diante do turbilhão da modernidade, não nos desmanchemos no ar. Enquanto plataforma, permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. Esta, por sua vez, toma o sentido de resistência e transformação.

O processo de construção da memória e da identidade se faz sempre de maneira conflituosa e disputada, cheio de “lembranças”, mas também de “esquecimentos” e “silêncios” (Pollak, 1989). Assim sendo, não se trata aqui de sinalizar com um processo de construção que se faça de forma lisa, sem conflitos e disputas. Ele tem presença constitutiva na relação entre a construção da ordem social e de seus conflitos.

Deve-se dizer que isso tem seus rebatimentos na construção espacial. Como bem lembra Bourdieu (1989), o espaço tem muito mais que aspectos físicos e materiais. Ele é, e deve ser assim também pensado, social e simbólico, motor e fruto de representações. É um espaço que se torna lugar antropológico ao incorporar práticas, afetos, sentimentos (Augé, 2001). Um “espaço vivido” (Bachelet, 1998). Sendo também um *locus* de engendramento e conformação de práticas, como sugerido por Foucault (1979), de poder e contrapoder.

Pensando a partir da *démarche* marxista de Henri Lefebvre (1968), para quem as relações de classe são sempre reproduzidas como relações espaciais, David Harvey (2012) dá ênfase a como a acumulação capitalista e a luta de classes estão imbricadas, historicamente, no espaço da cidade. Por seu turno, bebendo da mesma fonte, Herod (2011) enfatiza como o conflito capital/trabalho se amplificariam em cidades siderúrgicas devido, exatamente, à sua estrutura espacial, que lhes particularizaria.

As alterações em qualquer das partes que articulam memória, espaço e identidade acabam por repercutir nas demais. É exatamente o que podemos perceber ao longo da análise. Na década de 1980, no bojo do processo de redemocratização, as articulações entre o sindicalismo e os movimentos sociais empreendidas na cidade marcam um período de grande mobilização e associação desses movimentos levados a cabo por trabalhadores, dentro e fora das fábricas, com o apoio da Igreja católica. Tudo isso lhes dava uma grande visibilidade. O ponto culminante das mobilizações na cidade teve lugar na greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de 1988. Durante o movimento o exército ocupa a cidade e a usina, o que gerou vários confrontos que resultaram na morte de três operários. Contudo, também acompanhando a conjuntura política mais geral da chamada “década neoliberal”, nos anos 1990, houve uma forte retração das mobilizações experimentadas anteriormente. Isso impôs aos movimentos uma sentida ausência do cenário político e social da cidade.

Dessa forma, na memória dos agentes, os anos 1980 são anos caracterizados como de “força”, “vitoriosos” e “gloriosos”, criando uma representação do espaço em uma chave positiva e ascendente. No que concerne aos anos 1990, estes são marcados pelas lembranças, com forte carga de emoção, como de “fragilidade”, “derrotas” e “dispersão”, assumindo o espaço um registro negativo e descendente. Isso leva a uma visão com marcas diferentes sobre a própria cidade. Antes vista como “combativa” e “engajada”, de “vida”, ela passa a ser vista como “alienada” e “desmobilizada”, de “morte”. Mas, obviamente, observando-se os desenvolvimentos posteriores, vamos perceber a reapropriação de certas representações no sentido de manter a disputa pela memória, pelo espaço e pela identidade dos movimentos em tela.

## Do ouro ao aço

Localizada na região do Médio Vale do Paraíba, a cidade de Volta Redonda ganhou seu nome dos garimpeiros que, no século XVIII, foram atraídos pela busca de ouro e pedras preciosas. Foram eles quem, primeiro, denominaram a curva do rio Paraíba do Sul de “Volta Redonda”. No início do século XIX, foram ali instaladas grandes fazendas de café, tendo escravos como mão de obra. Tanto o desenvolvimento econômico quanto o aumento populacional da região serão determinados por essa estrutura inicial. A navegação pelo rio Paraíba do Sul e a chegada da linha férrea da Central do Brasil, no ano de 1871, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, impulsionaram esse desenvolvimento, propiciando a criação de núcleos urbanos. Surge daí o povoado de Santo Antônio de Volta Redonda, o qual, em 1926, ganharia o título de distrito de Barra Mansa. A emancipação só viria em 1954.

A decadência do Vale do Paraíba tornou-se visível com a crise do café e a abolição, desestruturando a agricultura e estagnando a região. Assim, no início dos anos 1940, o espaço urbano local em pouco diferia daquele surgido no século XIX. Nesse período se instalará ali a CSN. Volta Redonda seria, daí por diante, a “Cidade do Aço”.

Tornando-se mais intenso na década de 1930, com o aumento da expansão industrial e as modificações no Estado brasileiro, o debate sobre a criação no Brasil de uma usina siderúrgica já vinha desde os anos 1920. O Estado Novo procurava reforçar a ação econômica estatal, pautada pela criação de uma infraestrutura para a industrialização – associada então ao “progresso”.

Para isso, era indispensável uma siderurgia, área estratégica tanto no setor industrial quanto no militar (Morel, 2001).

Contudo, a CSN representava mais do que um grande impulso para a industrialização do país. Em primeiro lugar, ela foi pensada como um modelo, uma empresa exemplar. Representava, além disso, uma nova concepção da relação entre o Estado e a classe trabalhadora e de organização do trabalho (Morel, 2001). Esses ideais foram incorporados no processo de criação e elaboração da CSN, que, portanto, refletiu os caminhos tomados pelo Estado brasileiro depois de 1937.

Tendo início em 1941, a construção da usina mudaria a vida do antigo povoado de Volta Redonda de forma definitiva. A chegada de uma enorme quantidade de trabalhadores, de diversos lugares do país, para o empreendimento, marcaria esse processo. A cidade e a usina se desenvolvem juntas. Mais do que isso, se pode dizer que a construção da usina determinaria o desenvolvimento da cidade dali para frente.

A presença da CSN se fazia sentir em quase todas as esferas da vida de seus operários. Suas casas pertenciam à estatal, suas vidas eram investigadas por agentes, boa parte da cidade era gerida pela empresa. Dentro da empresa, existia um regulamento interno, conjunto de regras e de incentivos para garantir a cooperação do trabalhador (Veiga; Fonseca, 1989). Porém, deve-se notar que seus trabalhadores, junto a outros da região, não deixavam de desenvolver práticas que garantissem e ampliassem seus direitos.

A hierarquia social da usina está ainda refletida nos espaços da cidade, com a vila dos gerentes disposta no topo da montanha e os subúrbios operários – com seus nomes afirmativos Conforto, Villa Rica e Jardim Primavera – imersos na fumaça negra e nos altos ruídos. Nos limites da cidade trabalhadores temporários, rurais e desempregados invadem terras de posse das elites locais. Correia Lima, o planejador de Volta Redonda, inspirou-se no modelo de cidade proletária desenvolvido pelo arquiteto francês Tony Garnier, com extensos espaços de lazer e sociabilidade para os trabalhadores e suas famílias. Mas esse modelo de cidade proletária chocou-se com o estilo de planejamento baseado na *company-town* americana defendido pela CSN, no qual a cidade era concebida como uma extensão da fábrica e com distritos anônimos de subúrbio distribuídos a partir de linhas radiais saídas do centro da cidade.

De fato, Volta Redonda desenvolveu-se como uma extensão da usina. Novos subúrbios operários foram construídos paralelamente à introdução de

novos maquinários no chão de fábrica. Hospitais públicos, escolas e clubes operaram as funções de *welfare* emanadas a partir da “Companhia”. Além disso, a segurança da empresa encarregava-se da segurança da cidade. Como a cidade era considerada “área de segurança nacional”, seu prefeito era indicado diretamente pelo presidente e escolhido de nomes que compunham o círculo de diretores da CSN.

Se a criação de Brasília no início dos anos 1960 refletia a ideologia desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, a fundação de Volta Redonda espelhava a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Uma combinação de paternalismo estatal, extração de mais valia absoluta e “coronelismo” – e a interpenetração da cidade, da companhia e da nação como partes da “família siderúrgica” (Morel, 2001), atravessando as divisas entre o público e o privado. A CSN aparecia como a “mãe” de Volta Redonda. O poder da “mãe” emanava da autoridade do presidente Vargas, o “pai”, que elegia pessoalmente o presidente e a direção da usina que levava o seu nome.

Tudo isso produzia ainda mais confusão na percepção das relações entre o público e o privado. A maioria dos espaços públicos da cidade era de propriedade da empresa, ainda que controlados pelo Estado. A cidade era, como já dissemos, uma extensão da CSN; assim como a CSN poderia ser considerada um microcosmos da cidade. Não havia como os conflitos relativos à usina deixarem de se tornar conflitos sociais mais amplos, impactando o espaço público urbano; nem como os conflitos sociais urbanos deixarem de impactar a vida da “Companhia”.

## Uma cidade em movimento, uma cidade e seus movimentos

De forma geral, observados em termos de seus movimentos, os trabalhadores metalúrgicos de Volta Redonda acompanharam muito de perto os passos da conjuntura sindical nacional, seguindo caminhos assemelhados. No final da década de 1970, eles começam a buscar o rompimento com uma prática sindical de corte passivo, caracterizada pela liderança de setores conservadores, chamados “pelegos”, de há muito na frente de sua entidade, e com as políticas da CSN que em muito prejudicava os trabalhadores, sujeitando-os a condições de trabalho indignas. Na década de 1980, setores progressistas ganham a eleição sindical, modificando a trajetória seguida pela entidade ao longo do pós-1964.

Como uma das fortes características desse processo temos a “abertura” e a aproximação do sindicato em direção aos demais movimentos sociais que foram se desenvolvendo na cidade. Muitos destes movimentos surgiram sob a chancela da Igreja católica local, que então tinha à frente o bispo progressista Dom Waldyr Calheiros. O importante papel assumido pela Igreja, no agenciamento e na articulação dos movimentos, é indicado no relato de um sindicalista da época:

É indiscutível naquele período o esforço que a Igreja fez pra envolver as comunidades nas mobilizações. Então, o bispo tinha uma coordenação que incentivava muito nesse sentido e a todo tempo procurava trabalhar integrado com o sindicato, com as associações de moradores, incentivando a mobilização, a participação, apoiando inclusive materialmente, né? E principalmente politicamente. (Militante sindical I).

No rol desses movimentos encontramos um amplo repertório, entre os quais se poderiam nominar: o pelos direitos humanos, o de posseiros urbanos, as associações de moradores, etc. De clara força política e econômica frente aos demais movimentos populares, bem como de forte presença na cidade, logo o Sindicato dos Metalúrgicos assumiu proeminência e centralidade em termos dos movimentos sociais locais. A própria conquista do sindicato por setores progressistas já aparecia como uma ferramenta importante para fazer avançar ainda mais as movimentações. Segundo a visão de uma militante dos movimentos sociais, acerca da vitória da oposição sindical, ela deveu-se exatamente ao engajamento da cidade, através destes movimentos.

Nós ganhamos ele, nós mesmo, não foi os sindicalistas, fomos nós, o povo de Volta Redonda... que ganhou, e, assim, claro, junto com aqueles que são sindicalistas. Mas a gente precisava de derrubar o peleguismo... Todos nós na cidade sabíamos disso... E ganhamos, e durante um tempo o sindicato foi uma grande alavanca pra gente, porque a década de 1980 o sindicato foi a grande sustentação pra gente no movimento, porque a convocação dele era prontamente atendida, né? Não só do ponto de vista de quando ele nos chamava, nós militantes, como quando nós todos chamávamos a população em nome do sindicato, entendeu? Então, era, porque essa legitimidade era mão dupla, a gente legitimava o sindicato e ele legitimava o movimento popular. (Militante do movimento pela moradia).

Formando uma grande rede, articulados, os movimentos sociais de Volta Redonda passam a ter uma penetração cada vez maior e mais profunda na cidade. Os metalúrgicos usavam sua capacidade e poderio em termos de espaços para reuniões, recursos para mobilização e divulgação, etc. Na via de mão dupla, recebiam o apoio dos movimentos populares em termos de logística para suas operações específicas, como as sucessivas greves que marcaram a cidade na época e mesmo o país, como a histórica greve de 1988.

A articulação deu passos largos e chegou a tal ponto que, na década de 1980, formou-se um fórum permanente que agregava todos os movimentos da cidade, com reunião na cúria metropolitana. O relato de uma militante da época dá conta de que a associação entre eles era frequente. Segundo ela,

a gente fazia junto... qualquer coisa. Se fosse ocupar uma terra, lá tinha movimento sindical... Tinha a Igreja e tinha as associações de moradores, a comissão de posseiros, a comissão de direitos humanos, sabe? [...] As organizações pipocavam em todos os lados, cada provocação, cada semente que você jogava era um monte de coletivos que surgiam. (Militante do movimento pela moradia).

Era inegável o ascenso sindical e popular dos anos 1980. Ele pode ser representado de diversas maneiras tanto nas sucessivas greves de metalúrgicos quanto na vitória de Juarez Antunes, que fora presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e deputado federal, para a prefeitura da cidade. Um dos sindicalista da época lembra de forma bastante clara do alcance atingido pelas mobilizações. Em sua visão,

elas influíram de modo decisivo em todo o contexto da cidade, desde eleições para as associações de moradores... na organização dos camelôs, comerciários, construção civil, motoristas, trabalhadores de ônibus. É claro, onde que teve com mais profundidade foi nos metalúrgicos [...] E, finalmente, a própria eleição do Juarez para a prefeitura refletiu essa mobilização e a amplitude dela, e foi um dos candidatos mais votados em toda a história da cidade. [...] Quer dizer, então todo o tecido social, estudantes, professores, todo o tecido social estava envolvido naquela mobilização. (Militante sindical I).

Pode-se perceber como toda a cidade acabou sendo tocada pelos efeitos das mobilizações. Não foi diferente no caso da famosa e trágica greve de 1988 (Graciolli, 2009; Santana, 2003). A lembrança dos entrevistados indica as ligações entre o movimento no interior da empresa e o apoio extrafábrica

que garantia vitalidade e força aos trabalhadores. Como já se constituíra uma tradição na cidade daqueles anos, outros movimentos sociais acorreriam para dar seu apoio aos operários em sua mobilização. Isso ficou patente quando, ao longo do movimento, não só as associações de moradores se empenharam, como também as mulheres dos trabalhadores, levando comida aos portões da fábrica para garantir alimentação aos trabalhadores grevistas.

Assim, não só o espaço da fábrica, mas o espaço da cidade virou campo de ação e disputa. A intervenção das tropas do exército na cidade durante a greve é bastante sintomática da aspereza tomada por essa disputa. A entrada das forças militares em Volta Redonda foi sentida como uma verdadeira “invasão” e “humilhação”, que era experimentada não só por aqueles que “lutavam”, mas pelos demais moradores, solidários aos movimentos.

A cidade foi invadida. Nós encaramos o exército na rua. Na cidade toda foi vilipendiada naquele dia. Todo mundo, não tinha uma pessoa, mesmo os que não estavam na rua, os que estavam em casa, estavam se sentido humilhados, entendeu, violentados e solidários com os que estavam na rua lutando... né, com a invasão do exército, o exército chegando, marchando na rua, jogando bomba, né? (Militante do movimento pela moradia).

Não ficou sem resposta a referida “invasão” ou “ataque”, como construído pela memória. Ela foi respondida por novas formas de enfrentamento levada a cabo pelos movimentos articulados. Em contrapartida, o exército as tratou de maneira ainda mais brutal, buscando ocupar cada um dos poros da cidade por onde pudesse aflorar qualquer tipo de resistência. Segundo lembra um dos atores envolvidos,

e o exército atacou a cidade, então nós estávamos no enfrentamento fora... Os conflitos tiveram reflexos por toda a cidade. A memória da força bruta utilizada pelos militares é muito vívida. [O exército...] Nossa! Espancou brutalmente a população. Por exemplo, meu carro foi perfurado de bala, eles tentaram nos acertar. Nós tivemos que sair correndo, tacando pedra e correndo... Eles enfrentaram em duas frentes. Lá dentro [da usina], né, mas lá dentro, no primeiro momento, lá dentro basicamente não houve enfrentamento. Houve assim, os trabalhadores entravam na aciaria eles não entravam lá. Aí o enfrentamento houve na rua, porque eles tentaram isolar a população pra não dar apoio, certamente pensando que fosse desocupar fácil. Não conseguiram, porque a greve durou 17 dias. (Militante sindical I).

O depoimento é interessante no sentido de mapear, entre outras coisas, como a ação militar teve de lidar com os movimentos organizados. Como a organização não se esgotava, mesmo em uma greve sindical, ao espaço fabril, as forças militares tiveram de lutar no espaço da cidade, tentando cortar os fios de articulação e retroalimentação entre cidade e fábrica. Por isso, de forma intensa, a memória da ação militar pelos atores sociais combina o ataque à fábrica ao ataque à cidade.

Ao identificarmos uma articulação tão virtuosa entre os movimentos sociais da época, em Volta Redonda, não podemos correr o risco de não percebermos também os seus limites. Cabe assinalar que esse processo de aproximação e articulação dos movimentos foi marcado por tensões, marchas e contramarchas cuja análise escaparia dos marcos deste trabalho. Todavia, como forma de registro, podemos assinalar relatos que apontam tal ocorrência. Nessa linha, segundo uma entrevistada,

nunca foi muito tranquilo, porque o movimento sindical nunca teve entendimento estratégico... Pra que serve o movimento popular. Ele sempre achou que o movimento popular existe pra dar sustentação às decisões deles... (Militante do movimento pela moradia).

Caminhando na mesma direção, temos um outro militante que, identificando as positivities da relação, também aponta o peso do poderio econômico do sindicato, o qual acabava influenciando na relação entre atores e nas suas atividades, produzindo certa assimetria.

Não foi tudo positivo... Eles eram o poder... Eles tinham o poder econômico... Nos éramos o suporte... Existiam problemas... Mas existia a relação... Com os outros anteriores não tinha nem relação... (Militante do movimento das associações de moradores).

O clima de sucesso conquistado pelos movimentos sociais produzia a clara impressão de plenitude e alcance. Segundo um depoimento, na década de 1980,

a gente tinha vida, sabe, podia não ter comida, mas tinha vida, sabe, a gente tinha vontade, a gente acreditava, a gente tinha proposta, a gente tinha projeto, tinha coragem de correr atrás, sabe, de juntar. (Militante do movimento pela moradia).

Os avanços políticos dos movimentos sociais produziam uma nova representação do espaço. O espaço da cidade, antes “do aço”, se torna um jardim de terra fértil para os movimentos sociais. Em se plantando tudo dava, bastava jogar a “semente”. A “vida”, ter “vida”, ainda que sem “comida”, se definia por “correr atrás”, ter “vontade”, “crença” e “projeto”. Não são raros os depoimentos que também identificam aqueles anos na cidade como de “força”, “vitória” e “glória”. O que obviamente atraía a atenção de seus “inimigos”. Segundo a definição de uma militante dos movimentos sociais,

Eu acho que essa cidade, governo nenhum gosta dela, nem o governo popular. Porque é uma cidade que se você puser o fósforo faz fogo, entendeu? Sempre foi assim... [...] Então, era uma coisa muito pesada pro sistema... juntando esse povo todo é muito pesado pra eles aguentarem. (Militante do movimento pela moradia).

Olhados em seu conjunto, portanto, os anos 1980 foram experimentados em Volta Redonda como de retomada das lutas sociais. Com apoio da Igreja católica, os movimentos sindicais e sociais produziram uma forte articulação. Ela deu uma base sólida de apoio para que as mobilizações no espaço fabril e no espaço urbano formassem uma só e única trama. Isto produziu um impacto político, chegando a ter reverberações nas eleições aos parlamentos local e nacional, mas, sobretudo, ao executivo local. Foram vividos e são lembrados nas memórias como anos gloriosos, que pareciam inquebrantáveis.

## Privatização, divisão, fragmentação

Dado o acúmulo de forças obtido pelos movimentos sociais e sindicais ao longo dos anos 1980, considerada uma década vitoriosa nesses termos, muitos esperavam que isso transbordasse para a década que se abria. Todavia, a década de 1990 trouxe uma série de profundas e rápidas mudanças para a sociedade brasileira em geral e para os movimentos sociais em particular, estando muito longe de ser uma mera continuidade dos anos que lhe precederam.

A dieta proposta pela agenda do chamado neoliberalismo ia sendo implantada. A junção entre abertura comercial, privatização, estabilidade econômica e desregulamentação dos mercados de trabalho impactou a vida industrial brasileira e, por conseguinte, seus trabalhadores e suas entidades

representativas. Se comparamos as décadas de 1980 e 1990, pode-se perceber claramente que os trabalhadores brasileiros experimentaram dois períodos bastante distintos (Santana, 2003). Se a primeira pode ser considerada um período de mobilização e conquistas, a segunda deve ser caracterizada como de descenso e reorganização de práticas e estratégias, bem como de perdas de algumas conquistas.

Ainda que a cidade tenha vivido tal experiência de forma especificada, à sua própria maneira, em Volta Redonda não se trilharia um percurso distinto. Conforme já indicamos, as mobilizações dos anos 1980 chegaram mesmo a estar representadas na vitória de Juarez Antunes nas eleições para a prefeitura da cidade, em 1988. Porém, pouco depois de assumir o cargo, a sua morte em acidente automobilístico, considerado por muitos uma ocorrência “suspeita”, vai marcar um ponto de inflexão em termos políticos na cidade. Quem assume a prefeitura é seu vice, de fora das searas dos movimentos sociais, vinculado ao que seria a política mais “tradicional” e “negocista” da cidade.

O desapontamento com a perda abrupta de Juarez Antunes, que, eleito, representava um projeto que vinha sendo construído há tempos, bem como com o fato de que quem assume é seu vice, sem vínculos com este projeto, produziu efeitos imediatos. Isso dará aos movimentos, aproveitando a força acumulada ao longo dos anos, novo ânimo de luta para verem sua agenda na pauta do governo.

Ele fez um governo de quase quatro anos de oposição ferrenha nessa cidade. A gente chegou a ocupar a prefeitura, expulsar ele da prefeitura, ele ficou mais de 48 horas sem poder entrar na prefeitura. A gente obrigou o procurador-geral de justiça e o vice-governador, o Nilo Batista, vir na cidade, a gente exigia intervenção, nós fomos pro Rio, nós fizemos passeata, a gente exigia intervenção na prefeitura, a gente invadia a câmara, entendeu? Mas porque já era um movimento que já tava vindo de trás. (Militante do movimento pela moradia).

Com quatro anos de pressão intensa dos movimentos sociais sobre a administração municipal, que impuseram forte restrições ao prefeito, um novo caminho à prefeitura foi pavimentado. Tudo parecia indicar que a nova década seria tão auspiciosa quanto a anterior. Uma “aliança progressista” ganha as eleições seguintes e, aparentemente, isso daria ao movimento mais esperanças de ver suas demandas reconhecidas e efetivadas no executivo municipal. Porém, o que se viu foi um sem número de divisões e conflitos, entre aqueles

que acusavam o governo de promover a “cooptação” dos movimentos sociais e aqueles que, ainda que egressos dos movimentos, mas agora operando no interior da prefeitura, acusavam os primeiros de “radicais”. No decorrer do processo, o movimento popular vai sofrer seguidos e profundos “rachas”. Como disse uma entrevistada, “assim, os nossos amigos viraram inimigos”.

Este tipo de perspectiva atravessava todo o campo político ocupado pelos movimentos. No que tange especificamente ao meio sindical, o clima não era dos mais alvissareiros. A partir de fins da década de 1980, intensifica-se a tentativa de privatização da CSN (Graciolli, 2007; Pereira, 2012). Já no início da década de 1990 isso passa a ser uma política ostensiva e bem organizada, que, buscando a conquista de corações e mentes, efetivou-se a partir do tripé formado por práticas como a enxurrada de propaganda, a perseguição aos opositores e a concessão de benesses. Todo esse processo foi percebido de forma “dolorosa” por aqueles que perfilavam com os movimentos sociais. O depoimento de uma entrevistada deixa isso explícito.

Eu vou te dizer uma coisa, eu nunca vi, eu não consigo entender como um país pode deixar uma empresa determinar o nascimento, o crescimento e a morte, digamos assim, nós não morremos, mas vamos colocar nesses termos. Porque o sofrimento que eu vi nessa cidade aqui, cara, eu fiquei horrorizado, eu fiquei horrorizado com o sofrimento que eu vi e fiquei horrorizado com a omissão daqueles que não podiam ter se omitido, sabe, como se omitiram. Pelo menos falar eles tinham que ter falado, não falaram nada. Eu não me conformo até hoje das lideranças de esquerda do Brasil. (Militante do movimento das associações de moradores).

Com o advento da privatização, o cenário de mudanças foi assumindo seus contornos. Ato contínuo da privatização foi a demissão no atacado de trabalhadores. A “Companhia” que se julgava, e era julgada por muitos, a “mãe” do trabalhador, passava a ser sua “madrasta”. Na memória dos entrevistados, o operário da CSN,

foi colocado na rua de uma hora pra outra quase que sem mais nem menos... milhares de pais de família e que sofreram horrores, pessoas que trabalhavam na usina 15 ou 20 anos e que não sabiam fazer outra coisa. Os caras tão acostumados, o cara cresceu profissionalmente mexendo com negócio de aço. De repente, ele é despejado aqui fora e sem contar com um salário bem acima da média aqui fora, um cara que tem uma casa boa, num dos bairros melhores, acostumado a

ter um carro bom, né? Alguns trocavam de carro todo ano, outros não trocavam todo ano, mas sempre podiam ter um carro bom, manter a família no padrão... Então, quando muitos metalúrgicos se viram assim sem aquele emprego que garantia pra ele uma condição de vida acima da média muitas vezes, muitos não suportaram, muitos não tiveram condição psicológica de superar aquilo, muitos, eu conheço vários casos, entende? Então aquilo gerou, eu vi aquilo com muita indignação, sabe, eu, sinceramente, eu fiquei decepcionado demais com aquilo. (Militante do movimento das associações de moradores).

O quadro traçado acima no depoimento do militante define a situação geral experimentada pelo operários da CSN. Mas, deve-se dizer, situação tão ou mais aguda vivenciaram aqueles militantes sindicais que, por suas posturas, sofreram perseguição por parte da empresa, dentro e fora de seus muros, o que lhes dificultava outros acessos no mercado de trabalho local, demonstrando o controle da “Companhia” sobre o espaço da cidade. Segundo um deles assinada em seu depoimento,

a gente ficava, vamos dizer assim, sem emprego, não conseguia emprego em lugar nenhum [...] não tinha nenhum meio de subsistência [...] e uma crise dentro da família terrível porque você não tem como sustentar mulher e filho... não tem nada... A gente vivia esse dilema, a gente queria levar a luta adiante, mas não tinha gás. Então, falando assim francamente, né?, chegou um ponto que nós fomos derrotados pela falta de condição de subsistir. (Militante sindical II).

Diante do mar de dificuldades produzidas no contexto da pós-privatização, aquelas vividas pelos militantes produziam um cenário desolador. A adversidade econômica trazida pelo afastamento do trabalho na empresa repercute em todas as esferas da vida social dos indivíduos, atingindo mesmo o nível da saúde e existência das pessoas. Nesse sentido, o militante prossegue no relato de suas dificuldades, representando a trajetória narrada como um processo de “quebra” física e política, que coroa a derrota “pela falta de condição de subsistir”.

No meu caso aí eu cheguei num limite... que eu estava num estresse total, eu tomava remédio, só dormia tomando remédio, né? Foi um estresse. Hoje nem eu mesmo mais consigo ter a dimensão daquele estresse que a gente viveu. Mas foi uma coisa assim que... eu tive uma hemorragia digestiva quase que fui para o tombo, fiquei quase precisando de transfusão de sangue. O outro companheiro

teve enfarto. Aí chega uma hora eu não suportei mais, não tinha mais como eu caminhar. Então eu fui derrotado, minha política foi derrotada ali naquele momento. Vamos falar assim, no popular, eu quebrei mesmo.

A vitória da campanha de privatização, portanto, altera fortemente os rumos da gestão da companhia, tendo impactos na empresa (ao, por exemplo, reduzir drasticamente o número de funcionários) e na cidade (via desemprego e mudança de eixo de atuação estatal para privada no que tange aos espaços públicos sob posse da CSN). Deixando o quadro ainda mais complexo e desolador para muitos militantes, o Sindicato dos Metalúrgicos, antigo bastião de resistência, acabou por ter participação importante, mas ao lado da privatização. Isso porque, na virada das décadas de 1980 e 1990, um grupo de militantes se afasta das searas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e vai para a Força Sindical, disputa e ganha a eleição sindical, em 1991, mudando o eixo seguido pelo sindicato até ali, defendendo uma política menos aguerrida, de parceria com a empresa e sem vínculos com os demais movimentos. O sindicato passaria mais de uma década associado às orientações dessa central sindical.

Instala-se um período muito duro, prenhe de adversidades, para os movimentos sociais na cidade. É assim que os anos 1990 são trabalhados pela memória dos atores sociais que participavam daqueles movimentos no período. A virada em termos das representações é nítida. O jardim fértil vira um deserto. A participação de outrora, vazio e ausência no cenário político. A política, despolitização. A “vida”, “morte”. Um dos relatos pinta com cores fortes estas imagens,

Agora [é] tábua arrasada mesmo... hoje é a morte da cidadania, esses últimos oito anos foi a pá de cal, entendeu... Não tem cidadania, nem a vontade de participar, sabe, de discutir, de disputar as ideias... É a paz do túmulo... (Militante do movimento pela moradia).

A representação das articulações entre política e espaço é reelaborada. Antes fonte da “vida”, o que se veria na década de 1990 era a “completa despolitização... Completa. É, agora há pouco tempo o sindicato chama assembleias, mas as assembleias na verdade não são assembleias.” (Militante sindical I). Ideia de vazio abraça outras frentes, que se agravaram com a crise advinda da privatização e do desemprego. Segundo um sindicalista dos anos

1980 entrevistado: “Hoje a cidade não tem mais emprego.” Assim, sem emprego, sem movimento e sem participação, a cidade se tornou uma estranha aos olhos daqueles que com ela tanto se identificaram. Segundo um dos relatos, “a gente diminuindo cada vez mais o número de pessoas na resistência... Gente que se cansava, gente que foi embora da cidade, entendeu? Gente desempregada que se entregava.” (Militante do movimento pela moradia).

## Disputando memória, espaço e vida

O centrar nossa atenção em duas décadas de experiências de movimentos na cidade de Volta Redonda, serviu, obviamente, de recorte para uma mirada analítica sobre pontos específicos. Para o escopo deste trabalho, seria muito difícil cobrir conjunturas seguintes. Contudo, na tentativa de apontar alguns outros elementos já indicados na argumentação até aqui, mas referindo-os, ainda que de forma rápida, a períodos recentes, tomaremos o exemplo do que chamaríamos de luta espacial, ora mais velada, ora mais aberta, que ainda ocorre na cidade, tendo o sindicalismo metalúrgico como um de seus protagonistas.<sup>2</sup> O espaço da praça Juarez Antunes nos servirá de base dados os imbricamentos entre cidade, empresa, prefeitura, sindicato, trabalhadores, memória, espaço e identidades sociais, em um feixe extremamente interessante.

Ainda hoje os espaços públicos da cidade acolhem múltiplas formas de autoridade – do “pai”, do capitalista e do presidente. Mas, o que pode se perceber em certas ações em Volta Redonda é que se aproximam da sugestão de Harvey (2012) de que as lutas anticapitalistas requerem a reapropriação, tanto simbólica quanto material, dos espaços públicos urbanos e sua transformação no que se poderia chamar de “bens políticos comuns”.

Um desses sítios de ativismo sindical é a praça Juarez Antunes. Ela é um local prenhe de memórias políticas. Em 1989 inaugurou-se ali um monumento, realizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em homenagem aos três

---

<sup>2</sup> Um olhar mais detido, ainda que levando em conta a visão dos agentes entrevistados, mas, para além deles, também, indica que ao longo de todos os anos 1990 e 2000, apesar do peso sentido nos anos 1990, muitos movimentos agenciaram questões importantes. Entre eles indicariamos o movimento pela ética na política (Lima, 2010) e o ligado a questões ambientais (Leite Lopes, 2006; Leite Lopes et al., 2000). Sem sombra de dúvida, estes e outros movimentos, serviram de fios condutores para a apresentação na esfera pública de temas fundamentais.

operários mortos pelo exército na greve de 1988. O memorial foi destruído na madrugada após sua inauguração por componentes de grupos paramilitares, vinculados aos setores extremistas das forças armadas. Após muitas discussões, a comunidade local decidiu deixar o monumento como ele ficara após a explosão. Assim, o ato violento ficaria gravado na memória espacial do lugar.

A praça tem sido alvo e fonte de inúmeros debates, bem como de tentativas de remodelação entre os trabalhadores, a empresa e os poderes locais. Até a privatização nos anos 1990, e apesar do controle da CSN sobre a cidade, a praça era comumente considerada como um espaço operário. Após a privatização, a prefeitura retomou o espaço dos trabalhadores, a partir de uma série de intervenções e planejamentos urbanos. Hoje, tráfego intenso, paradas de ônibus, posto de gasolina e uma passarela que leva à entrada principal da CSN escondem o memorial de 1989, apartando-o da avenida principal da cidade. Atravessada pelo ruidoso tráfego e por pedestres apressados, a praça perdeu seu poder de evocação, de lugar de memória. Por muito tempo foi considerada mesmo como “abandonada” por todos, que não os transeuntes apressados.

Mas, em 2006, uma nova chapa, sob a liderança de Renato Soares, eleito presidente, assume o Sindicato dos Metalúrgicos e tenta, como uma de suas estratégias, retomar a praça como um espaço dos trabalhadores. Ali vem buscando organizar eventos políticos e sindicais, campanhas, votações, etc. De fato, processos de votação são eventos públicos de grande relevância simbólica, já que, através deles, como *performances* públicas, o próprio sindicato visa restabelecer sua visibilidade junto à comunidade. Visibilidade que, nos anos 1980, aliás, era elemento marcante da prática da entidade. Através desses eventos, percebe-se uma forte reapropriação simbólica do local.

Em 21 de maio de 2009, por exemplo, uma votação sobre a redução do turno de trabalho de oito para seis horas tomou a praça Juarez Antunes, durante todo o dia. Trabalhadores se inscreviam em tendas e votavam em cabines de madeira localizadas no memorial aos operários mortos em 1988. Ao longo de todo o tempo, diretores do sindicato faziam intervenções em carro de som da entidade. De forma enérgica eles mencionavam os benefícios físicos e psíquicos da redução do turno de trabalho, e a importância do preenchimento de suas vidas com mais horas de atividades de lazer. A frequência de trabalhadores flutuou ao longo do dia de acordo com turnos, horas de almoço, etc.

A votação terminou às seis da tarde, na hora da saída do segundo turno da empresa. Quatro representantes do sindicato e quatro da CSN entraram em

um local reservado na praça e começaram a efetuar a contagem as caixas contendo os votos dos trabalhadores. Uma multidão agrupou-se ao redor da área para acompanhar a apuração dos votos. Tanto os representantes do sindicato quanto os da empresa se comunicavam através de gestos com seus colegas situados do lado de fora. Os votos apurados eram separados em blocos de cem e amarrados com elástico. Depois de amarrados, os votos eram colocados à disposição da recontagem dos representantes que a quisessem fazer.

Quanto mais resultados informais circulavam entre os presentes, mais a tensão subia entre eles. Os representantes da CSN olhavam com ansiedade e expressões beirando o ameaçador. O sr. Campanário, advogado do sindicato, exultava: “Isto é a democracia direta em ação, um triunfo!” Após o pôr do sol, centenas de trabalhadores permaneciam na praça escura celebrando, brincando e falando animadamente.

Ao final da apuração, o resultado indicava que dois terços dos votantes se decidiram pela redução do turno para seis horas. A CSN teve de se curvar diante do desejo da maioria, mas travou contato astuto com o sindicato no sentido de negociarem um regime de turno mais curto. Poucos dias depois surgiu a informação de que os trabalhadores mantiveram o turno de seis horas e se recusaram a qualquer tentativa de redução proporcional de seus salários. A negociação que se seguiu foi um fiasco e após um breve período de implantação do turno de seis horas, o turno de oito horas voltou a prevalecer.

De todo modo, apesar dessa perda, o movimento dos trabalhadores voltava ao local e ganhava a credibilidade pública ocupando a praça dos trabalhadores. Visando o reconhecimento de seus direitos a céu aberto, parecia que estavam preenchendo não só a praça, mas a sensação de vazio experimentada ao longo de todo o período que se seguiu à derrota no processo de privatização.

## Considerações finais

Para que atingíssemos as representações acerca do espaço em que atuaram, as falas e as práticas dos entrevistados foram fundamentais, nos servindo como vias de acesso. Percorrendo esse caminho, sente-se não só a diferenciação que buscam evidenciar entre os dois períodos, mas também a dor e o vazio trazidos pela derrota de um projeto – individual e coletivo –, de um empenho e entrega de vida, da sensação de falta de espaço, de ausência de participação.

A construção da memória dos dois momentos remete a tipos distintos de representação do espaço, a diferentes momentos de identidade sociais entre os agentes, bem como às variadas vinculações entre eles e o espaço. A cidade, pensada como campo fértil na década de 1980, espaço de plenitude, política e existencial, deixa de sê-lo, para ser pensada enquanto um vazio, uma “tábua arrasada” no dizer de uma entrevistada.

A intensidade e o tom das vozes oscilam de acordo com a cidade que desenham nas falas. Outros, talvez, desenhassem outra cidade, mas nossos entrevistados a representaram assim nas suas falas, dando-lhe essas tonalidades. A força da comparação entre os períodos por eles realizada pode dificultar a abertura de janelas para a percepção de novas apropriações, práticas, leituras e identidades que podem aparecer nos poros da cidade, as quais, pela força e peso das “derrotas”, custam em indicar e aceitar. Mas tal perspectiva lá está. A cidade, que já foi “combativa” e “metida a besta”; depois “despolitizada” e “apolítica”, pode nos dar ainda, em seus anos por vir, outras experiências a serem vividas e analisadas, com outros contornos e intensidades.

Por isso, mesmo que involucrada pela moldura pessimista, na fala dos entrevistados cabe ainda a ideia de que

cientificamente a gente não tem muita esperança pro ano que vem, não, tamo perdendo, perdemos o sindicato, perdemos a prefeitura, perdemos tudo, né? Perdemos tudo, mas assim, pela fé, que move a gente... essa tesão de que, se não for pra mudar então não adianta viver, e como eu quero viver, vamos ter que mudar. (Militante do movimento pela moradia).

Assim, a memória serve uma vez mais para a ligação entre passado e presente, apontando para o futuro, ela é construída nesse jogo. Nos casos em questão, é ela quem indica e mostra um passado de “conquistas” e um presente de “derrotas”, e, ao fazer isso, é ela ainda quem sinaliza o que seriam os passos a seguir. Como bem nos lembra Calvino (2003), na descoberta de quanta escuridão existe em torno, é preciso concentrar o olhar nas luzes fracas e distantes.

Alinhado ao que vêm acontecendo ao redor do globo, o povo de Volta Redonda continua engajado em atos de ativismo urbano. Ele reclama as terras que a CSN mantém de forma improdutiva desde a privatização – através de campanhas contra a dengue, de ocupações, de loteamentos, etc. Mas enquanto tais formas de resistência espacial apresentam uma dimensão estratégica

importante, elas têm tido um impacto simbólico limitado na imaginação coletiva, principalmente por conta de sua estrutura de ação indireta e fechada.

Por outro lado, a *performance* de manifestações políticas e sindicais na praça Juarez Antunes funciona tanto nos níveis estratégicos e simbólicos, transformando a memória coletiva do movimento dos trabalhadores em prática ativista compartilhada, e dando novo significado a uma memória aparentemente congelada do passado. A nova estratégia do Sindicato dos Metalúrgicos de ocupar espaços públicos, de “reclamá-los” e “retomá-los”, é importante não apenas à luz dos movimentos da chamada “Primavera Árabe” ou do “Ocupe” de Londres e Nova York – que retomam o ativismo em termos de formas variadas de ocupação espacial – mas, também, considerando como os espaços públicos de Volta Redonda são histórica e regularmente monopolizados pelas igrejas e pelos poderes públicos em seus eventos – encontros evangélicos, concertos, comemorações e feiras – os quais, de forma crescente, têm menos relação com a classe trabalhadora e seus movimentos, e mais com o que poderíamos chamar de sujeitos públicos anônimos.

A privatização dos anos 1990 e a derrota na luta pelo turno de seis horas produziram um forte esvaziamento no movimento e na luta coletiva dos trabalhadores. Mas quando tais derrotas aproximam as pessoas e criam áreas públicas de associação e debate, buscando transformá-las em “espaços comuns”, a lógica de privatização e divisão produzida pelo capitalismo pode vir a ser desafiada. Algumas vezes, de forma bastante radical.

## Referências

AUGÉ, M. *Não-lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Papyrus. 2001.

BACHELET, B. *L'espace*: que sais-je? Paris: PUF, 1998.

BRAVERMAN, H. *Labour and monopoly capital*. New York: Monthly Review Press, 1974.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BURAWOY, M. *The politics of production*. London: Verso, 1985.

CARRIER, J.; KALB, D. (Org.). *Anthropology of class*. Oxford: Berghahn, 2012.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. (Biblioteca da Folha).

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GRACIOLLI, E. *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GRACIOLLI, E. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2009.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D. *Rebel cities*. London: Verso, 2012.

HEROD, A. Social engineering through spatial engineering: Company Towns and the geographical imagination. In: DINIUS, O. ;VERGARA, A. (Org.). *Company Towns in the Americas*. London: The University of Georgia Press, 2011. p. 21-44.

KASMIR, S.; CARBONELLA, A. (Org.). *Anthropology of labour*. Oxford: Berghahn, 2012.

LEE, C. K. *Gender and the South China miracle: two worlds of factory women*. Berkeley: University of California Press, 1998.

LEE, C. K. *Against the law: labour protest and China Rustbelt and Sunbelt*. Berkeley: University of California Press, 2007.

LEFEBVRE, H. *La droit a la ville*. Paris: Anthropos, 1968.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LEITE LOPES, J. S. et al. Naturalização e estranhamento: alguns aspectos da construção social da poluição ambiental em Itaguaí, Angra dos Reis e Volta Redonda, RJ. *Cadernos do Ippur*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 181-196, 2000.

LIMA, R. J. da Costa. *A “reinvenção” de uma cidade industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LOVISOLO, H. A memória na formação dos homens. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.

MILKMAN, R. *Gender at work*. Champaign: University of Illinois Press, 1987.

MOLLONA, M.; DE NEVE, G.; PARRY, J. (Ed.). *Industrial work and life: an anthropological reader*. London: Berghahan, 2009.

MOREL, R. A construção da “família siderúrgica” – Gestão paternalista e empresa estatal. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: D.P&A, 2001. p. 75-95.

PEREIRA, S. M. *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. ed. São Luís: EDUFMA, 2012.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, K. Memória. In: GIL, F. *Sistemática*. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000. (Enciclopédia Einaudi, v. 42).

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 143-161.

SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. *Brasil republicano*: vol. 4: no tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 283-313.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. *Volta Redonda*: entre o aço e as armas. Petrópolis: Vozes, 1989.

YAGANISAKO, S. *Producing capital and culture*: family firms in Italy. Princeton: Princeton University Press, 2002.

Recebido em: 31/08/2012  
Aprovado em: 17/01/2013